



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90048/2026

Processo nº 08810092.000844/2024-68

UASG: 925538

OBJETO: Aquisição de EPI's com proteção solar, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 475.805,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e cinco reais)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, POR ITEM.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/07/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 10:00 horas

LOCAL (PLATAFORMA): Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não.

(Processo Administrativo nº08810092.000844/2024-68)

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, através de sua Pregoeira Oficial, designada pelo Ato Nº 01/2025, em conformidade com a Portaria nº 299 - GS/SEAD, de 02 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de EPI's com proteção solar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 06 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O tipo de julgamento da licitação será MENOR PREÇO, POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de divergência entre as condições ou exigências do Edital e as do Termo de Referência, prevalecerá o que estiver descrito no Termo de Referência. E com relação às especificações e descrições dos itens a serem adquiridos informamos que prevalecerão todas as regras e definições estabelecidas no Termo de Referência, em comparação aos bens cadastrados que são sugeridos pelos catálogos da plataforma Comprasgov. Portanto, as cotações dos itens da licitação devem ser feitas com base nas especificações previstas no Anexo I do Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5.1. O item 1 será destinado à ampla concorrência, uma vez que seu valor estimado ultrapassa o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Os demais itens serão destinados exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e equiparados, tendo em vista que os respectivos valores estimados não excedem o referido limite, nos termos do art. 42, caput e § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. *sociedades cooperativas;*

2.8.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.12. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se

referem os itens 2.9.5 e 2.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.9.5 e 2.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 7.1.1 e 7.12.1** deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins

lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.7** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e valor total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 5,00* (cinco reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, **que para esta licitação será o modo de disputa aberto**.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.

5.12.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19.3. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

5.19.4. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.19.5. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.6. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.7. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.9. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2. empresas brasileiras;

- 5.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 5.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no **item 2.9 do edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 6.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;

- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10.
- 6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12.
- 6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%**, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, mediante a declaração de autenticidade por advogado, sob sub responsabilidade pessoal” (art. 12, IV, da Lei 14.133/2021), ou por assinatura digital em meio eletrônico, desde que mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (art. 12, §2º, da Lei 14.133/2021).
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o

declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto **no subitem 7.12.1.**

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias

úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.rn.gov.br>, após o cadastro do representante legal da licitante no sistema SEI/RN através do link: https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

Entrega e Implementação

10.1. Após a assinatura do contrato, os EPs serão entregues no Centro de Logística do CBMRN, em remessa única, dentro do prazo de 90 dias após a assinatura. Os itens serão verificados para confirmar a conformidade com as especificações descritas e aceitos provisoriamente no ato da entrega, com inspeção detalhada para aceitação definitiva.

10.2. A implementação inclui a distribuição dos EPs aos militares expostos a ambientes de alta radiação solar, garantindo que todos tenham acesso imediato aos novos equipamentos. Um plano de reposição será seguido para evitar a interrupção no fornecimento de EPs, especialmente durante operações intensas, como a Operação Verão.

11. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 11.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);
- 11.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);
- 11.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);
- 11.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022
- 11.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 11.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a.

o prazo de validade;
- b.

a data da emissão;
- c.

os dados do contrato e do órgão contratante;
- d.

o período respectivo de execução do contrato;

e.

o valor a pagar; e

f.

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

12.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

12.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

12.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

12.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

12.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE

Reajuste

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/03/2026.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** (Compra de bens de consumo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade

mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio grande do Norte.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsesed@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede da Secretaria de Estado da Administração do RN (SEAD/RN), no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Bloco 08, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Comprovações exigidas

16.1.1. Cotas para Aprendiz: (RN APRENDIZ)

16.1.1.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o licitante deverá comprovar o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto 31.902, de 09 de setembro de 2022).

16.1.1.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

16.1.1.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

16.1.2. Cotas para Deficiente Físico:

16.1.2.1. No ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

16.1.2.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940(CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

16.1.2.3. <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

16.2. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico. www.sei.rn.gov.br processo nº 08810092.000844/2024-68

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos:

16.10.1. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

16.10.2. <http://servicos.searh.rn.gov.br/searh/Licitacao> - Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Na data da assinatura eletrônica.

Maretânea Medeiros de Araújo

Pregoeira

JONAS AUGUSTO RIBEIRO HELINSKI

Equipe de Apoio

ROSSANO HENRIQUES DE SOUZA CAMPOS

Equipe de Apoio

PATRÍCIA DA SILVA RAMALHO

Equipe de Apoio



Documento assinado eletronicamente por **JONAS AUGUSTO RIBEIRO HELINSKI, Equipe de Apoio**, em 15/06/2026, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARETANEA MEDEIROS DE ARAUJO, Pregoeiro(a)**, em 15/06/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSSANO HENRIQUE DE SOUZA CAMPOS, Equipe de Apoio**, em 15/06/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA DA SILVA RAMALHO, Equipe de Apoio**, em 15/06/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41717503** e o código CRC **376F200D**.



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
Av. Prudente de Moraes, 2410, - Bairro Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59022-545
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.cbm.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08810092.000844/2024-68

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de EPI's com proteção solar, para os militares do CBMRN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Natureza da Despesa	quantitativo	Unidade de medida	valor referencial por item (R\$)	valor referencial total (R\$)
1	<p>ÓCULOS ESCUROS COM PROTEÇÃO SOLAR</p> <p>Óculos escuros para para a proteção física dos olhos dos guarda-vidas contra efeitos nocivos do sol e potencializar o maior alcance da sua visão, na medida em que minimiza a claridade do sol;</p> <p>Especificações das Lentes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Lentes em policarbonato resistente ao impacto;• polarizada com espessura mínima de 2,0 mm e máxima de 2,3mm;• Proteção UVA e UVB com percentual de proteção mínimo de 99,9%;• A cor deverá ser cinza 50% ou cinza black, filtro classe 3;• A transmitância luminosa UVA deverá estar entre 4% (mínima) e 43% (máxima);• Não deverá oferecer qualquer nível de diopia (comumente conhecida como grau), devendo ser totalmente envolta por armação; <p>Especificações da Armação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Poliamida (nylon) como Grilamid TR90, similar ou superior.• Em modelo esportivo, leve e balanceada confeccionada em poliamida termoplástica de baixa densidade;• alta estabilidade térmica, resistente a fraturas por deformação e ótima resistência química;• As hastes devem permitir ajustes, envolver toda região orbitária, ser isenta de partes metálicas (a não ser no mecanismo de articulação que deve ser de material não oxidante);• Cor predominantemente preta; Deve ser resistente à água salina do mar, não podendo descascar nem desbotar.	55883	550	Unidade	389,30	214.115,00
	<p>PROTETOR SOLAR FACIAL EM BASTÃO</p> <p>Protetor solar mineral em bastão com proteção UVB mínima de 50 FPS assim como proteção UVA; O produto deve possuir resistência à água e toque seco, sendo livre de parabenos, comprovadamente</p>					

2	<p>hipoalergênico e vegano; Mínimo de 14 gramas por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).</p>	480523	800	Unidade	102,08	81.664,00
3	<p>PROTETOR SOLAR CORPORAL EM EMBALAGEM DE 200ML EM TEXTUTA GEL-CREME, NÃO-OLEOSA COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS 50 OU MAIOR)</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Bloqueador Solar para pele contra ação nociva dos raios ultravioletas dos tipos UV-A e UV-B; Dermatologicamente testado; Fator de proteção solar mínima (FPS=50), com no mínimo 200 ml por unidade. Possuir ação hidratante.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Na formulação do produto não deve conter óleo (oil free); Deverá ser composto por produtos não comedogênicos (que não favoreçam a formação de comedões - cravos e espinhas), ser hipoalergênico; ser dermatologicamente testado; ser muito resistente a água (seus efeitos protetivos deverão se manter sobre a pele por pelo menos 80 minutos dentro da agua); Devera conter a substancia Aloe vera (por possuir propriedades hidratantes e regeneradoras que reidratam e aceleram a reconstituição celular em tecidos lesados por queimaduras solares, além de possuir propriedades antioxidantes); O produto não devera conter a substancia PABA (também conhecido como aminobenzoic acid). Produto em forma de loção cremosa; Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).</p>	461158	1600	Unidade	74,66	119.456,00
4	<p>PROTETOR SOLAR LABIAL EM BASTÃO</p> <p>Protetor solar labial em bastão com fator mínimo de proteção de 30 FPS; Produto incolor e insípido comprovadamente hipoalergênico; Mínimo de 4,5 g por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).</p>	477887	800	Unidade	23,93	19.144,00
	<p>CAMISA MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV</p> <p>Camisa manga longa confeccionada em tecido que utilize a tecnologia mais avançada em fios elastoméricos LYCRA® Xtra Life na cor vermelha pantone Red 032, composição 85% poliamida e 15% elastano, feitio comercial, gola role, com manga longa (comprida); bainha de 2cm na base,</p>					

5	<p>tudo com cobertura de duas agulhas, fechamento em overlock aberta em fio 6 cabos e polyester 40; O tecido deverá possuir gramatura por m2: 250 g/m² (+- 5%), apresentar na largura mínimo de 97,7% de elasticidade e mínimo de 43,4% de alongamento, apresentar no comprimento mínimo de 88,4% de elasticidade e mínimo de 14,1%de alongamento. Quanto à resistência, deverá apresentar resultado de 8,62 kgf/cm², sendo que todos estes resultados deverão ser comprovados por laudo ou certificação e são necessários para garantir a durabilidade das peças; além destas características deverá proporcionar proteção UVA/UVB fator 50 no mínimo, que também deverá ser acompanhada de certificação/laudo para comprovação;</p> <p>Receberá em processo serigráfico de sublimação, conforme modelo do CBMRN, os seguintes itens: ao lado esquerdo de quem veste, o brasão do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, com dimensão de 8cm de largura e altura proporcional, a inscrição toda em fonte arial-black na cor amarela, em ambas as mangas a inscrição BOMBEIROS em fonte arial-black maiúscula com 20cm de comprimento e 3cm de altura, na manga direita a bandeira do Estado do Rio Grande do Norte com 7,5cmde comprimento e 5cm de largura, nas costas uma cruz na cor amarela e as palavras BOMBEIROS MILITAR maiúsculas com as letras inscritas em um círculo com 23cm de diâmetro, devendo estar a 6cm da costura da gola na porção posterior, o número 193 com comprimento de 15cm e largura de 6cm na cor amarela e o termo LIFEGUARD (um nome só, sem separação), com comprimento de 15cm e largura de 2,5cm também na cor amarela, todos na fonte arial-black</p> <p>deverá apresentar uma listra em tecido amarelo envolvendo toda a porção interna da manga se estendendo pela lateral da camisa, com aproximadamente 11cm de largura, conforme o modelo. Deverá apresentar abertura (pences) para dedo polegar da mão na extremidade das mangas; Os tamanhos deverão ser: PP, P, M, G e GG, cujas quantidades de cada tamanho ainda serão definidas pelo CBMRN; Batinha com elástico na cintura, união das peças; Costuradas em máquina específica OVERLOCK aberta proporcionando costura plana utilizando linha 06 cabos helanca, linha poliéster 40 e 60; A costura aparente deverá ser de cor amarela.</p>	614137	300	Unidade	93,70	28.110,00
6	<p>COBERTURA (BONÉ) COM PROTEÇÃO DE NUCA (AUSTRALIANO)</p> <p>Boné em modelo touca árabe com saia removível fixada por botões de plástico em tecido resistente à água com proteção UV no boné e na saia; Ajuste (fecho) em material plástico na mesma cor do boné; Parte das unidades na cor amarela, demais unidades na cor preta; Personalização do brasão na parte da frente acima da pala; Pala em material resistente; Saia deve medir entre 25 e 30 centímetros de comprimento e ter botões plásticos em suas extremidades inferiores para que seja possível uni-las em volta do pescoço; Produto não deve apresentar materiais metálicos aparentes. Dimensões do boné:</p> <p>Circunferência interna da coroa: 54cm a 61cm, considerando a faixa de ajuste em fechos de plástico;</p> <p>Altura da coroa: 9cm a 12cm;</p> <p>Comprimento da aba: Entre 7cm e 9cm.</p>	609288	400	Unidade	33,29	13.316,00
	Subtotais unitários	-	-	-	-	R\$ 475.805,00
	TOTAL DA DEMANDA					R\$ 475.805,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

2.2. O alinhamento da presente demanda está presente no PCA 2026 da SESED, acessado através do link "<https://pncp.gov.br/app/pca/00498299000156/2026/1>", com as seguintes informações:

2.2.1. PCA 2026 - 925535 - SECRET.DA SEGURANÇA PUBL. E DA DEFESA SOCIAL

2.2.2. Id pca PNCP: 00498299000156-0-000001/2026

2.2.3. Data de publicação no PNCP: 20/05/2025

2.2.4. Id do item no PCA :197

2.2.5. Identificador da Futura Contratação:925535-123/2026

2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Item 3 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 5 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Aquisição

3.2. A solução inicia-se com a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo óculos escuros com proteção solar, protetores solares facial, corporal e labial, camisas de manga longa com proteção UV e bonés com proteção de nuca (modelo legionário). Esses itens serão adquiridos com base nas especificações técnicas detalhadas no TR e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando que atendam aos requisitos de segurança, durabilidade e conformidade com as normas de proteção.

3.3. A aquisição será realizada por meio de um contrato de pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço. Os fornecedores serão selecionados com base em sua capacidade de atender às especificações de qualidade, prazos de entrega e demais exigências contratuais.

Entrega e Implementação

3.4. Após a assinatura do contrato, os EPIs serão entregues no Centro de Logística do CBMRN, em remessa única, dentro do prazo de 90 dias após a assinatura. Os itens serão verificados para confirmar a conformidade com as especificações descritas e aceitos provisoriamente no ato da entrega, com inspeção detalhada para aceitação definitiva.

3.5. A implementação inclui a distribuição dos EPIs aos militares expostos a ambientes de alta radiação solar, garantindo que todos tenham acesso imediato aos novos equipamentos. Um plano de reposição será seguido para evitar a interrupção no fornecimento de EPIs, especialmente durante operações intensas, como a Operação Verão.

Utilização e Manutenção

3.6. Durante o uso, os EPIs desempenharão papel essencial na proteção e saúde dos militares, reduzindo riscos de queimaduras e doenças de pele. Os óculos, camisas e bonés foram projetados para uso constante e intenso, enquanto os protetores solares são adequados para aplicações diárias em condições extremas, como as atividades de patrulhamento e salvamento.

3.7. Os itens de proteção, como camisas UV e bonés, foram especificados para resistirem ao desgaste diário e manterem suas propriedades de proteção, contribuindo para a durabilidade e minimizando os custos de manutenção. A gestão de reposição e higienização dos itens seguirá os procedimentos internos do CBMRN, planejando trocas regulares e garantindo que os EPIs estejam em boas condições ao longo de sua vida útil.

Garantia

3.8. Os EPIs adquiridos possuem garantia mínima para defeitos de fabricação ou materiais, conforme especificado nas normas aplicáveis. Durante o período de garantia, qualquer problema relacionado à integridade ou funcionalidade dos itens será solucionado sem custo adicional para a Administração.

Ciclo de Vida e Sustentabilidade

3.9. O ciclo de vida dos EPIs envolve planejamento de descarte e substituição ao final de sua vida útil. Após um determinado período de uso, os EPIs, como camisas, óculos e bonés, precisarão ser substituídos. O planejamento para descarte será feito conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU, priorizando o reuso, reciclagem ou descarte ambientalmente correto dos materiais.

3.10. EPIs desgastados, como bonés e camisas UV, poderão ser enviados para reciclagem ou descarte em locais licenciados ambientalmente, minimizando o impacto ambiental. A utilização de EPIs com certificações ambientais reforça o compromisso do CBMRN com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

Avaliação de Desempenho

3.11. Ao longo do ciclo de vida dos EPIs, será realizada uma avaliação periódica de desempenho. A análise incluirá o monitoramento do estado de conservação dos óculos e das camisas UV, verificando sua capacidade de

proteção e resistência ao uso diário, além da eficácia dos protetores solares em termos de durabilidade e proteção. Essa gestão preventiva permitirá identificar a necessidade de substituição antes que haja impactos na segurança dos militares.

Encerramento do Ciclo de Vida

3.12. O encerramento do ciclo de vida dos EPIs ocorrerá ao final de sua vida útil, estimada conforme o desgaste natural do uso constante. Quando necessário, será realizado um novo processo de substituição com base nos mesmos princípios de qualidade, sustentabilidade e economicidade que orientam a presente contratação.

3.13. A solução foi planejada para assegurar que, desde a aquisição até o descarte, o CBMRN obtenha o melhor custo-benefício, com EPIs que atendam aos requisitos de proteção, durabilidade e sustentabilidade. A abordagem detalhada do ciclo de vida dos EPIs garante que a contratação seja eficiente e atenda plenamente às necessidades dos militares, assegurando a qualidade e segurança no desempenho de suas atividades.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme descrição constante no Estudo Técnico Preliminar 40576826, para atender à demanda da aquisição de 550 óculos escuros com proteção solar, 800 protetores solar facial em bastão, 1600 protetores solar corporal em embalagem de 200ml com textura gel-creme não oleosa e fator de proteção solar (FPS) 50 ou maior, 800 protetores solar labial em bastão, 300 camisas de manga longa com proteção UV e 400 coberturas (bonés) com proteção de nuca (australiano), é necessário que os objetos a serem adquiridos cumpram alguns requisitos indispensáveis e padrões mínimos de qualidade.

4.2. Esses requisitos incluem:

4.2.1. Equipamentos de qualidade: devem conter equipamentos de qualidade comprovada, fabricados por empresas reconhecidas e que atendam aos padrões de segurança e eficiência estabelecidos pelos órgãos reguladores. É importante que os equipamentos sejam duráveis, resistentes e capazes de suportar as condições adversas do ambiente em que serão utilizados.

4.2.2. Facilidade de uso: devem ser projetados de forma a serem de fácil manuseio e utilização pelos operadores. Os equipamentos e suprimentos devem ser intuitivos e permitir uma rápida intervenção em situações de emergência.

4.3. Ao avaliar as propostas, é essencial considerar esses requisitos e buscar o equilíbrio entre qualidade, preço e conformidade com as necessidades específicas dos Militares do CBMRN. A seleção da proposta mais vantajosa deve levar em conta não apenas o custo, mas também a qualidade, sustentabilidade, a durabilidade, a eficiência e a capacidade de atendimento às demandas emergenciais.

4.3.1. Embalagens sustentáveis: É importante que os materiais sejam embalados de forma sustentável, utilizando materiais recicláveis ou biodegradáveis. Reduzir a quantidade de embalagens ou utilizar embalagens reutilizáveis também pode ser considerado uma prática sustentável.

4.3.2. Responsabilidade social: A contratada pode ser obrigada a adotar práticas de responsabilidade social, como a garantia de condições justas de trabalho, a não utilização de mão de obra infantil ou forçada, e o respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

4.3.3. Descarte adequado: É fundamental que a contratada se comprometa a fornecer informações claras sobre o descarte adequado dos produtos, incentivando a reciclagem ou a destinação correta dos resíduos.

4.4. Ao incluir esses critérios e práticas de sustentabilidade nas especificações técnicas do objeto ou como obrigações contratuais, o CBMRN estará demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Além disso, estará promovendo a conscientização e a adoção de práticas mais responsáveis tanto pelos fornecedores quanto pelos operadores, contribuindo para a construção de um ambiente mais sustentável e socialmente responsável.

NATUREZA DO OBJETO

4.5. Objeto a ser contratado se enquadra na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 14.133/21 e o Decreto nº 10.024/19, caracterizado como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

DURAÇÃO DO CONTRATO

4.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.7. Para os itens especificados a partir da presente contratação, não se vislumbra enquadramento no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU, ainda assim existem certas medidas no que compete a tais itens:

4.8. A aquisição de 550 óculos escuros com proteção solar, 800 protetores solar facial em bastão, 1600 protetores solar corporal em embalagem de 200ml com textura gel-creme não oleosa e fator de proteção solar (FPS) 50 ou maior, 800 protetores solar labial em bastão, 300 camisas de manga longa com proteção UV e 400 coberturas (bonés) com proteção de nuca (legionário) para o Grupamento de Busca e Salvamento Aquático (GBSA) deve ser conduzida em conformidade com práticas sustentáveis e padrões mínimos de qualidade, a fim de garantir a eficácia e a segurança dos produtos, bem como o atendimento ao interesse público.

4.9. A aquisição deve priorizar produtos fabricados com materiais que minimizem o impacto ambiental, como protetores solares que não contenham substâncias prejudiciais aos ecossistemas aquáticos (ex: oxibenzona e octinoxato). Para os óculos escuros e as camisas com proteção UV, é recomendável optar por materiais recicláveis ou biodegradáveis, além de considerar a durabilidade e resistência dos produtos para reduzir a necessidade de reposição frequente. Os fornecedores devem comprovar a adoção de práticas de produção sustentáveis, alinhadas com os princípios da economia circular, reduzindo o consumo de recursos naturais e a emissão de poluentes.

4.10. Todos os produtos adquiridos devem atender às normas técnicas e regulamentações específicas, incluindo

as certificações da ANVISA para os protetores solares e a conformidade com as normas brasileiras de segurança e saúde ocupacional (NRs) para os demais itens. Além disso, é essencial que os produtos estejam em conformidade com os requisitos técnicos previstos nas normas do INMETRO, garantindo que os óculos escuros possuam lentes polarizadas com proteção UV400 e que as camisas de manga longa e os bonés ofereçam proteção solar equivalente a um FPS 50 ou superior. A durabilidade e a resistência dos materiais utilizados, especialmente em condições extremas de exposição ao sol e à água salgada, devem ser rigorosamente avaliadas, assegurando que os itens resistam ao uso intenso em operações de campo.

4.11. A adoção de critérios de sustentabilidade e padrões elevados de qualidade, em conformidade com as normas do INMETRO, é fundamental para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, gerando benefícios duradouros para os servidores e para a sociedade. A aquisição de produtos de alta qualidade e baixo impacto ambiental contribui para a preservação da saúde dos militares, reduzindo o risco de afastamentos por problemas de saúde e garantindo que o GBSA possa continuar a prestar serviços essenciais de busca e salvamento de forma contínua e eficaz. Além disso, ao priorizar práticas sustentáveis, a corporação reforça seu compromisso com a proteção do meio ambiente, alinhando-se às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

4.12. Considerando o item 6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS, do manual supracitado, temos na Destinação Final dos bens:

4.12.1. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

4.12.2. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos vislumbrados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.13. A presente contratação será exclusiva para participação de microempresas -ME-, empresas de pequeno porte -EPP-, microempreendedores individuais -MEI- e equiparados, uma vez que os valores dos itens não ultrapassam o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), conforme dispõe o artigo 42º, da LCE 675/2020.

4.13.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, pois o objeto não é considerado de alta complexidade ou vulto, não havendo com isso comprometimento da competitividade do certame, porquanto trata-se de objeto considerado comum e usualmente encontrado no mercado, assim como a entrega do mesmo não é parcelada, é por lote único e sem necessidade de parcelamento, podendo ser executada por uma única empresa

4.14. Os objetos demandados para a contratação não necessitam de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, levando-se em consideração a simplicidade dos objetos, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais.

4.15. DA GARANTIA

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Por se tratar de contratação que não oferece elevado risco de danos à administração, não será exigida garantia da execução. Além disso, já que não se trata de contratações de obras ou serviços de execução continuada ou de fornecimento contínuo, a garantia contratual possui potencial de restringir a competitividade na licitação, encarecendo assim o fornecimento do objeto.

4.17. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.18. Buscando Cumprir a Nova Lei de Licitações, [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), o Estado do Rio Grande do Norte criou o DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023, o qual dispõe, entre outras coisas, a criação DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS;

4.19. Vê-se que, procurando atender ao artigo 19, inciso II, da Lei de Licitações, o Estado estabeleceu, em lei própria, a criação de um Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP). Porém até a presente data tal instrumento não foi confeccionado pelo estado.

4.20. Ainda na busca de atender aos dispositivos legais, foi consultado o catálogo do [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), disponível pelo endereço <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>. Contudo, o referido catálogo possui, na presente data, apenas dois itens, "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar". Os quais não tem relação com a presente contratação.

4.21. Diante da impossibilidade de utilizar os referidos catálogos, pelos motivos acima expostos, para a presente aquisição de materiais para prática de exercício físico (protetor solar, protetor facial, camisa UV e boné) o CBMRN justifica a **não utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 2410, Barro Vermelho - Natal/RN, CEP: 59022-545, das 08 horas às 12 horas de segunda-feira à sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos objetos é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

6.7.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

6.7.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

6.7.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022

6.8. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

6.8.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero virgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

7.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.3. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a.

o prazo de validade;
- b.

a data da emissão;
- c.

os dados do contrato e do órgão contratante;
- d.

o período respectivo de execução do contrato;
- e.

o valor a pagar; e
- f.

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/07/2025.

8.23. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** (Compra de bens de consumo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.25. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.26. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.27. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O presente processo licitatório será destinado à participação exclusiva de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP, microempreendedores individuais - MEI e equiparados nos itens cujo valor estimado individual não ultrapassa R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme disposto no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020. Excetua-se o Lote 01 - Óculos Escuros com Proteção Solar, que será destinado à ampla concorrência, tendo em vista que seu valor estimado supera o referido limite legal, não sendo aplicada a reserva de cota prevista no art. 44 da LCE nº 675/2020, conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.3. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

9.3.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

9.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal e Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.22. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEM/JIDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o

cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

10. **DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 475.805,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil dez reais e cinquenta centavos), conforme custos apostos na Pesquisa Mercadológica (Pesquisa de Preços 39933943) e orçamentos já anexos ao presente caderno processual, quais sejam, Orçamento Lote 01 - Óculos de sol (39869510), Orçamento Lote 02 - Protetor solar facial (39872434), Orçamento Lote 03 - Protetor Solar Corporal (39907204), Orçamento Lote 04 - Protetor solar labial (39908209), Orçamento Lote 05 - Camisa de Proteção UV (39911981) e Orçamento Lote 06 - Cobertura (boné) (39908958), que correspondem aos valores unitários de cada lote que deram suporte para a realização do cálculo apresentado.

10.2. Todas as pesquisas foram realizadas atendendo ao disposto no art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado.

11.2. ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

I.

Gestão/Unidade: [...];

II.

Fonte de Recursos: [...];

III.

Programa de Trabalho: [...];

IV.

Elemento de Despesa: [...];

V.

Plano Interno: [...];

11.3. A dotação orçamentária deverá ser informada pela FUNSEP/SESED em momento oportuno e anexa a este Termo de Referência.

11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.5. Este Termo de Referência, por não possuir documentos com informações restritas, possui nível de acesso Público, de acordo com a Lei nº 12.527 de 2011, que dispõe sobre Acesso à Informação.

Natal, RN, data da assinatura eletrônica.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Christian Raphael Francelino **BARI - 1º TEN QOEM BM**
Gerente do Projeto

DO ACOLHIMENTO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

LUIZ MONTEIRO DA SILVA **JÚNIOR** - Cel QOEM BM
Comandante-Geral do CBMRN

ASSESSORIA DE PROJETOS, PROCESSOS E CONVÊNIOS
Eryson **Alan** Medeiros Azevedo - **2º TEN QOEM BM**
Subchefe da Assessoria de Projetos Processos e Convênios

DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com Art. 14º, Inciso II, do Decreto nº10.024, de Setembro de 2019 e, conforme subdelegação de competência contida no Art. 1º, inciso II da Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019.

(assinado eletronicamente)

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE

Secretário de Estado Adjunto da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN)



Documento assinado eletronicamente por **ERYSON ALAN MEDEIROS AZEVEDO, 1º Tenente QOEM**, em 03/06/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARLA SHERON TOSCANO LEÃO, Cabo QPBM**, em 03/06/2026, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **DÁVILLO STÉFERSON ELOI PAIVA, Cabo QPBM**, em 03/06/2026, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARTHUR GABRIEL BEZERRA DE AZEVEDO, Soldado QPBM**, em 03/06/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MONTEIRO DA SILVA JUNIOR, Coronel QOEM BM**, em 08/06/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social**, em 09/06/2026, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIAN RAPHAEL FRANCELINO BARI, Capitão QOEM BM**, em 09/06/2026, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41815270** e o código CRC **CB88FCD0**.



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08810092.000844/2024-68

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação atende à necessidade imperiosa de proteger os militares do Grupamento de Busca e Salvamento Aquático (GBSA) do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte contra os efeitos prejudiciais da exposição contínua ao sol durante o exercício de suas funções. As atividades realizadas pelo GBSA, que envolvem operações de busca, salvamento e resgate em ambientes aquáticos, exigem longas horas de exposição a condições climáticas adversas, especialmente à radiação ultravioleta. A ausência de proteção adequada coloca em risco a saúde dos militares, aumentando a probabilidade de doenças de pele, problemas oculares e outras complicações de saúde, comprometendo tanto a integridade física dos profissionais quanto a eficiência operacional da corporação.

Sob a perspectiva do interesse público, é crucial garantir que os bombeiros militares estejam devidamente equipados para desempenhar suas funções de maneira segura e eficaz. A aquisição de óculos escuros com proteção solar, protetores solar facial, corporal e labial, camisas de manga longa com proteção UV e bonés com proteção de nuca visa não apenas a preservação da saúde dos militares, mas também a manutenção da prontidão operacional do GBSA. O investimento em equipamentos de proteção pessoal específicos para a exposição solar é um reflexo do compromisso institucional com a qualidade de vida dos servidores, assegurando que eles possam realizar suas tarefas com o máximo de segurança e conforto, minimizando os riscos de afastamentos por motivos de saúde.

Além disso, a contratação desses itens atende às normas e diretrizes de saúde ocupacional, que preveem a adoção de medidas preventivas para mitigar os riscos associados ao trabalho em ambientes de alta exposição solar. A proteção adequada dos militares não é apenas uma questão de segurança, mas também de eficiência no cumprimento das missões, uma vez que militares protegidos e saudáveis estão mais aptos a responder prontamente às demandas operacionais, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população. A saúde e o bem-estar dos bombeiros estão intrinsecamente ligados à qualidade do serviço prestado, e a presente contratação é uma medida estratégica para manter elevados padrões de segurança e eficiência no atendimento à sociedade.

Em síntese, a aquisição dos itens descritos é uma ação preventiva essencial para a proteção dos militares do GBSA, garantindo que a corporação possa continuar a atuar de forma eficaz e segura em suas missões de busca e salvamento. O atendimento a essa necessidade reflete o alinhamento da corporação com os princípios de qualidade de vida e proteção dos militares, resguardando a saúde dos profissionais que se dedicam à salvaguarda da vida e do patrimônio alheio, em consonância com os valores institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Setor
Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte - CBMRN	GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO AQUÁTICO

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para atender à demanda da aquisição de 550 óculos escuros com proteção solar, 800 protetores solar facial em bastão, 1600 protetores solar corporal em embalagem de 200ml com textura gel-creme não oleosa e fator de proteção solar (FPS) 50 ou maior, 800 protetores solar labial em bastão, 300 camisas de manga longa com proteção UV e 400 coberturas (bonés) com proteção de nuca (australiano), é necessário que os objetos a serem adquiridos cumpram alguns requisitos indispensáveis e padrões mínimos de qualidade.

3.2. Esses requisitos incluem:

3.2.1. Equipamentos de qualidade: devem conter equipamentos de qualidade comprovada, fabricados por empresas reconhecidas e que atendam aos padrões de segurança e eficiência estabelecidos pelos órgãos reguladores. É importante que os equipamentos sejam duráveis, resistentes e capazes de suportar as condições adversas do ambiente em que serão utilizados.

3.2.2. Facilidade de uso: devem ser projetados de forma a serem de fácil manuseio e utilização pelos operadores. Os equipamentos e suprimentos devem ser intuitivos e permitir uma rápida intervenção em situações de emergência.

3.3. Ao avaliar as propostas, é essencial considerar esses requisitos e buscar o equilíbrio entre qualidade, preço e conformidade com as necessidades específicas dos Militares do CBMRN. A seleção da proposta mais vantajosa deve levar em conta não apenas o custo, mas também a qualidade, sustentabilidade, a durabilidade, a eficiência e a capacidade de atendimento às demandas emergenciais.

3.3.1. Embalagens sustentáveis: É importante que os materiais sejam embalados de forma sustentável,

utilizando materiais recicláveis ou biodegradáveis. Reduzir a quantidade de embalagens ou utilizar embalagens reutilizáveis também pode ser considerado uma prática sustentável.

3.3.2. Responsabilidade social: A contratada pode ser obrigada a adotar práticas de responsabilidade social, como a garantia de condições justas de trabalho, a não utilização de mão de obra infantil ou forçada, e o respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

3.3.3. Descarte adequado: É fundamental que a contratada se comprometa a fornecer informações claras sobre o descarte adequado dos produtos, incentivando a reciclagem ou a destinação correta dos resíduos.

3.4. Ao incluir esses critérios e práticas de sustentabilidade nas especificações técnicas do objeto ou como obrigações contratuais, o CBMRN estará demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Além disso, estará promovendo a conscientização e a adoção de práticas mais responsáveis tanto pelos fornecedores quanto pelos operadores, contribuindo para a construção de um ambiente mais sustentável e socialmente responsável.

NATUREZA DO OBJETO

3.5. Objeto a ser contratado se enquadra na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 14.133/21 e o Decreto nº 10.024/19, caracterizado como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

DURAÇÃO DO CONTRATO

3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.7. Para os itens especificados a partir da presente contratação, não se vislumbra enquadramento no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU, ainda assim existem certas medidas no que compete a tais itens:

3.8. A aquisição de 550 óculos escuros com proteção solar, 800 protetores solar facial em bastão, 1600 protetores solar corporal em embalagem de 200ml com textura gel-creme não oleosa e fator de proteção solar (FPS) 50 ou maior, 800 protetores solar labial em bastão, 300 camisas de manga longa com proteção UV e 400 coberturas (bonés) com proteção de nuca (legionário) para o Grupamento de Busca e Salvamento Aquático (GBSA) deve ser conduzida em conformidade com práticas sustentáveis e padrões mínimos de qualidade, a fim de garantir a eficácia e a segurança dos produtos, bem como o atendimento ao interesse público.

3.9. A aquisição deve priorizar produtos fabricados com materiais que minimizem o impacto ambiental, como protetores solares que não contenham substâncias prejudiciais aos ecossistemas aquáticos (ex: oxibenzona e octinoxato). Para os óculos escuros e as camisas com proteção UV, é recomendável optar por materiais recicláveis ou biodegradáveis, além de considerar a durabilidade e resistência dos produtos para reduzir a necessidade de reposição frequente. Os fornecedores devem comprovar a adoção de práticas de produção sustentáveis, alinhadas com os princípios da economia circular, reduzindo o consumo de recursos naturais e a emissão de poluentes.

3.10. Todos os produtos adquiridos devem atender às normas técnicas e regulamentações específicas, incluindo as certificações da ANVISA para os protetores solares e a conformidade com as normas brasileiras de segurança e saúde ocupacional (NRs) para os demais itens. Além disso, é essencial que os produtos estejam em conformidade com os requisitos técnicos previstos nas normas do INMETRO, garantindo que os óculos escuros possuam lentes polarizadas com proteção UV400 e que as camisas de manga longa e os bonés ofereçam proteção solar equivalente a um FPS 50 ou superior. A durabilidade e a resistência dos materiais utilizados, especialmente em condições extremas de exposição ao sol e à água salgada, devem ser rigorosamente avaliadas, assegurando que os itens resistam ao uso intenso em operações de campo.

3.11. A adoção de critérios de sustentabilidade e padrões elevados de qualidade, em conformidade com as normas do INMETRO, é fundamental para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, gerando benefícios duradouros para os servidores e para a sociedade. A aquisição de produtos de alta qualidade e baixo impacto ambiental contribui para a preservação da saúde dos militares, reduzindo o risco de afastamentos por problemas de saúde e garantindo que o GBSA possa continuar a prestar serviços essenciais de busca e salvamento de forma contínua e eficaz. Além disso, ao priorizar práticas sustentáveis, a corporação reforça seu compromisso com a proteção do meio ambiente, alinhando-se às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

3.12. Considerando o item 6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS, do manual supracitado, temos na Destinação Final dos bens:

3.12.1. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

3.12.2. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos vislumbrados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não tenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados

3.13. A presente contratação observará o tratamento diferenciado destinado às microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP, microempreendedores individuais – MEI e equiparados, conforme previsto na Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

3.13.1. Os lotes cujo valor estimado individual não ultrapassa o limite estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020 serão destinados à participação exclusiva de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP, microempreendedores individuais – MEI e equiparados, visando incentivar a participação desses fornecedores e atender à política pública de tratamento favorecido prevista na legislação vigente.

3.13.2. Quanto ao Lote 01 – Óculos Escuros com Proteção Solar, considerando que o valor estimado supera o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) previsto para adoção da exclusividade, a disputa ocorrerá em ampla concorrência, conforme adequação necessária ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

3.13.3. Foi realizada análise quanto à possibilidade de aplicação da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do Lote 01 para participação exclusiva de ME, EPP, MEI e equiparados. Contudo, verificou-se que, embora o objeto apresente possibilidade de divisão quantitativa, a adoção da referida cota poderá acarretar prejuízo ao conjunto da contratação, especialmente quanto à padronização, uniformidade e gestão dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte.

3.13.4. O objeto do Lote 01 trata-se de equipamento de proteção individual utilizado pelos militares do Grupamento de Busca e Salvamento Aquático (GBSA) em ambiente operacional severo, caracterizado por exposição prolongada à radiação solar, maresia, água salina e demais condições climáticas adversas. Dessa forma, os óculos devem atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, incluindo lentes em policarbonato resistentes a impacto, polarização adequada, proteção UVA/UVB mínima de 99,9%, filtro classe 3, armação em poliamida termoplástica resistente e características de durabilidade compatíveis com a atividade desempenhada.

3.13.5. A divisão do quantitativo do Lote 01 mediante reserva de cota poderia resultar na contratação de fornecedores distintos e, conseqüentemente, no recebimento de equipamentos com diferentes marcas, modelos, formatos, tonalidades de lentes, encaixes, ajustes ergonômicos e padrões construtivos, ainda que atendidas as especificações mínimas. Tal cenário poderia comprometer a uniformidade operacional entre militares que exercem as mesmas funções, além de dificultar os procedimentos de fiscalização, recebimento definitivo, controle de qualidade, substituições e acionamento de garantia.

3.13.6. Ressalta-se que a aquisição do Lote 01 foi planejada para ocorrer de forma única e padronizada, buscando assegurar igualdade nas condições de proteção oferecidas aos militares, eficiência logística, melhor acompanhamento contratual e garantia da qualidade dos equipamentos disponibilizados ao efetivo.

3.13.7. Dessa forma, com fundamento no art. 45 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, justifica-se a não aplicação da reserva de cota de até 25% para ME/EPP/MEI no Lote 01, uma vez que o fracionamento poderá ocasionar prejuízo ao conjunto do objeto, à padronização técnica dos EPIs e à eficiência administrativa da contratação, mantendo-se, contudo, o tratamento diferenciado aos demais lotes enquadrados nos limites legais.

3.14. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, pois o objeto não é considerado de alta complexidade ou vulto, não havendo com isso comprometimento da competitividade do certame, porquanto trata-se de objeto considerado comum e usualmente encontrado no mercado, assim como a entrega do mesmo não é parcelada, é por lote único e sem necessidade de parcelamento, podendo ser executada por uma única empresa.

3.15. Os objetos demandados para a contratação não necessitam de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, levando-se em consideração a simplicidade dos objetos, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais.

3.16. **DA GARANTIA**

3.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Por se tratar de contratação que não oferece elevado risco de danos à administração, não será exigida garantia da execução. Além disso, já que não se trata de contratações de obras ou serviços de execução continuada ou de fornecimento contínuo, a garantia contratual possui potencial de restringir a competitividade na licitação, encarecendo assim o fornecimento do objeto.

3.18. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

3.19. Buscando Cumprir a Nova Lei de Licitações, [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), o Estado do Rio Grande do Norte criou o DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023, o qual dispõe, entre outras coisas, a criação DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS;

3.20. Vê-se que, procurando atender ao artigo 19, inciso II, da Lei de Licitações, o Estado estabeleceu, em lei própria, a criação de um Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP). Porém até a presente data tal instrumento não foi confeccionado pelo estado.

3.21. Ainda na busca de atender aos dispositivos legais, foi consultado o catálogo do [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), disponível pelo endereço <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>. Contudo, o referido catálogo possui, na presente data, apenas dois itens, "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar". Os quais não tem relação com a presente contratação.

3.22. Diante da impossibilidade de utilizar os referidos catálogos, pelos motivos acima expostos, para a presente aquisição de materiais para prática de exercício físico (protetor solar, protetor facial, camisa UV e boné) o CBMRN justifica a **não utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.**

4. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 4.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.
- 4.2. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), o requisitante realizou o levantamento de mercado e identificou características:
- 4.3. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outras entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado. Onde, os materiais se constituem, no atual cenário, em objetos de frequente aquisição dos Corpos de Bombeiros.
- 4.4. Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e /ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;
- 4.5. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Porém, não foi encontrado.
- 4.6. Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados são de uso individual e que são consumidos ao longo do tempo. Como também serão utilizados por toda sua vida útil e dado o descarte apropriado quando for encerrado.
- 4.7. Os equipamentos objeto deste ETP (Óculos escuros; Protetor solar facial; Protetor solar corporal; Protetor solar labial; Malha customizada ao padrão do CMRN; Cobertura) são materiais de consumo, possuem vida útil reduzida, e, apesar de serem itens comuns aos Corpos de Bombeiros, tem sua aquisição bem planejada para atender o efetivo próprio, não sendo costumeiro que uma corporação tenha em demasia esses objetos dado o prazo de validade reduzido deles, logo é irrealizável a aquisição por meio de doações.
- 4.8. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a aquisição dos objetos pretendidos na presente contratação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A descrição da solução é a aquisição através de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 5.2. Após análise das vantagens e desvantagens destrinchadas anteriormente, e em atenção a demanda apresentada, foi elaborado o presente descritivo técnico dos itens que serão adquiridos, devendo seguir as especificações mínimas para solução da demanda, conforme segue:

- **ÓCULOS ESCUROS COM PROTEÇÃO SOLAR**

Óculos escuros para para a proteção física dos olhos dos guarda-vidas contra efeitos nocivos do sol e potencializar o maior alcance da sua visão, na medida em que minimiza a claridade do sol;

Especificações das Lentes:

- Lentes em policarbonato resistente ao impacto;
- Polarizada com espessura mínima de 2,0 mm e máxima de 2,3mm;
- Proteção UVA e UVB com percentual de proteção mínimo de 99,9%;
- A cor deverá ser cinza 50% ou cinza black, filtro classe 3;
- A transmitância luminosa UVA deverá estar entre 4% (mínima) e 43% (máxima);
- Não deverá oferecer qualquer nível de dioptria (comumente conhecida como grau), devendo ser totalmente envolta por armação;

Especificações da Armação:

- Poliamida (nylon) como Grilamid TR90, similar ou superior.
- Em modelo esportivo, leve e balanceada confeccionada em poliamida termoplástica de baixa densidade;
- Alta estabilidade térmica, resistente a fraturas por deformação e ótima resistência química;
- As hastes devem permitir ajustes, envolver toda região orbitária, ser isenta de partes metálicas (a não ser no mecanismo de articulação que deve ser de material não oxidante);
- Cor predominantemente preta; Deve ser resistente à água salina do mar, não podendo descascar nem desbotar.

- **PROTETOR SOLAR FACIAL EM BASTÃO**

Protetor solar mineral em bastão com proteção UVB mínima de 50 FPS assim como proteção UVA; O produto deve possuir resistência à água e toque seco, sendo livre de parabenos, comprovadamente hipoalergênico e vegano; Mínimo de 14 gramas por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).

- **PROTETOR SOLAR CORPORAL EM EMBALAGEM DE 200ML EM TEXTURA GEL-CREME, NÃO-OLEOSA COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS 50 OU MAIOR)**

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Bloqueador Solar para pele contra ação nociva dos raios ultravioletas dos tipos UV-A e UV-B; Dermatologicamente testado. Fator de proteção solar mínima (FPS=50), com no mínimo 200

ml/gr. por unidade. Possuir ação hidratante.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Na formulação do produto não deve conter óleo (oil free); Deverá ser composto por produtos não comedogênicos (que não favoreçam a formação de comedões – cravos e espinhas), ser hipoalergênico; ser dermatologicamente testado; ser muito resistente a água (seus efeitos protetivos deverão se manter sobre a pele por pelo menos 80 minutos dentro da água); Deverá conter a substância Aloe vera (por possuir propriedades hidratantes e regeneradoras que reidratam e aceleram a reconstituição celular em tecidos lesados por queimaduras solares, além de possuir propriedades antioxidantes); O produto não deverá conter a substância PABA (também conhecido como aminobenzoic acid). Produto em forma de loção cremosa; Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rótulo da embalagem deve ser resistente a água e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).

- **PROTETOR SOLAR LABIAL EM BASTÃO**

Protetor solar labial em bastão com fator mínimo de proteção de 30 FPS; Produto incolor e insípido comprovadamente hipoalergênico; Mínimo de 4,5 g por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rótulo da embalagem deve ser resistente a água e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).

- **CAMISA MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV**

Camisa manga longa vermelha com faixas laterais amarelas, gola alta (4 centímetros de altura) personalizada na frente e costas em tecido 90% poliamida, 10% elastano com proteção solar UPF50+; Costura pela parte externa com linha resistente ao atrito.

- **COBERTURA (BONÉ) COM PROTEÇÃO DE NUCA (LEGIONÁRIO)**

Boné em modelo touca árabe com saia removível fixada por botões de plástico em tecido resistente à água com proteção UV no boné e na saia; Ajuste (fecho) em material plástico ou elástico; Parte das unidades na cor amarela, demais unidades na cor preta; Personalização do brasão na parte da frente acima da pala; Pala em material resistente; Saia deve medir entre 25 e 30 centímetros de comprimento e ter botões plásticos em suas extremidades inferiores para que seja possível uni-las em volta do pescoço; Produto não deve apresentar materiais metálicos aparentes.

5.3. Todos os itens da solução devem apresentar boa eficácia no bloqueio de calor e raios solares, proporcionando conforto térmico associado à utilização de luz natural, além de ser hipoalergênico e atóxico.

5.4. Não há necessidade de exigência de amostra para a presente contratação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) com protetor solar já que os mesmos são produtos regulamentados por órgãos competentes, que garantem a qualidade e eficácia dos produtos disponíveis no mercado por meio de rigorosos processos de avaliação e certificação. Dessa forma, a conformidade com as especificações técnicas pode ser assegurada por meio da apresentação de certificados e registros válidos, eliminando a necessidade de análise prévia de amostras físicas. Portanto, ao assegurar a conformidade dos produtos através da análise documental e da certificação por órgãos competentes, garante-se a eficiência do processo de compra, a economia de recursos e a pronta disponibilização dos EPIs necessários, sem comprometer a qualidade e a segurança dos materiais adquiridos.

5.5. A decisão de não exigir garantia da contratação baseia-se na natureza dos itens a serem adquiridos e nas características específicas da presente contratação. A exigência de garantias adicionais poderia encarecer o processo de aquisição, sem trazer benefícios significativos em termos de segurança contratual. Além disso, a especificação técnica já demanda que os EPIs tenham uma garantia mínima, conforme exigido pelos órgãos competentes. Portanto, a inclusão de uma garantia adicional não se justifica, pois os riscos associados ao uso e desgaste natural dos produtos estão adequadamente mitigados pelas garantias intrínsecas e pela qualidade exigida nas especificações técnicas. A adoção desta abordagem permite a otimização dos recursos públicos, assegurando um processo de aquisição eficiente e econômico, sem comprometer a qualidade e a conformidade dos materiais adquiridos;

5.6. O objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados na qualificação econômico financeira constante no termo de referência desta aquisição, levando-se em consideração a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais.

5.7. O ciclo de vida do objetos compõe todas as etapas da cadeia de produção, desde a extração das matérias primas até o descarte final do produto. Os objetos deste ETP são de uso contínuo e possuem vida útil limitadas, se fazendo imprescindível a aquisição de objetos novos.

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. O fornecimento dos produtos ocorrerá em remessa única.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. A quantidade de produtos cuja aquisição se pretende por meio deste procedimento licitatório tem por escopo suprir, ao longo do período de 1 (um) ano, a demanda institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte - CBMRN decorrente da necessidade de proteção dos militares que desempenham atividades operacionais sujeitas à exposição intensa e prolongada à radiação solar, notadamente aquelas compreendidas nas

ações de salvamento aquático, resgate, patrulhamento preventivo, prevenção de afogamentos e demais missões executadas em ambientes externos sob condições climáticas adversas. Tal estimativa foi parametrizada com fundamento no efetivo atualmente lotado na Corporação (Boletim Geral 20/25 - Efetivo CBMRN (40676387)), acrescido da ampliação do quadro de pessoal ocorrida no exercício de 2025 (Boletim Geral - 189/25 - Curso de Formação 25 (40676544)), mediante atos normativos de convocação e matrícula devidamente publicados, de modo a assegurar cobertura proporcional e adequada ao universo de beneficiários diretamente impactados pela ausência de proteção individual específica. Considerou-se, ainda, o contexto climático do Estado do Rio Grande do Norte, caracterizado por elevada insolação anual (média superior a 2.800 horas/ano), índice de radiação UV extremo em grande parte do período, temperaturas médias superiores a 28°C e umidade relativa média de 75-85%, condições que agravam os riscos ocupacionais dos militares em operações externas.

6.2. Nesse contexto, a disponibilização dos referidos materiais de consumo revela-se imperiosa para viabilizar o regular exercício das atribuições legais e regimentais dos militares do CBMRN, resguardando sua integridade física e saúde ocupacional contra os riscos concretos da exposição prolongada aos fatores ambientais locais, quais sejam: eritema solar, queimaduras de 1º e 2º graus, fotoenvelhecimento acelerado, carcinogenicidade cutânea (carcinoma espinocelular e melanoma), fotoqueratite, pterígio ocular, catarata e golpe de calor, em observância às normas de segurança do trabalho (NR-15 e NR-16), às diretrizes de qualidade de vida no âmbito da Administração Pública e ao dever de proteção à saúde do servidor público. Particular relevo assume a atuação do Grupamento de Busca e Salvamento Aquático - GBSA, responsável pela cobertura integral da extensa faixa litorânea potiguar (500 km de costa), com operações diárias em condições de alta exposição solar entre 9h e 16h, período crítico de maior índice UV. A definição dos quantitativos atende, ainda, à necessidade de recomposição e manutenção de níveis mínimos de estoque no almoxarifado da Corporação, evitando interrupções logísticas e garantindo o atendimento imediato às demandas ordinárias e eventuais.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	NAT. DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE A SER ADQUIRIDAS	MOTIVAÇÃO
1	1	ÓCULOS ESCUROS COM PROTEÇÃO SOLAR	33.90.30.14	UNID.	550	Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.
2	1	PROTETOR SOLAR FACIAL EM BASTÃO	33.90.30.14	UNID.	800	Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.
3	1	PROTETOR SOLAR CORPORAL EM EMBALAGEM DE 200ML EM TEXTURA GEL-CREME. NÃO-OLEOSA COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS 50 OU MAIOR)	33.90.30.14	UNID.	1600	Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.
4	1	PROTETOR SOLAR LABIAL EM BASTÃO	33.90.30.14	UNID.	800	Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.
		CAMISA MANGA LONGA COM PROTEÇÃO				Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela

5	1	UV	33.90.30.14	UNID.	300	importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.
6	1	COBERTURA (BONÉ) COM PROTEÇÃO DE NUCA (LEGIONÁRIO)	33.90.30.14	UNID.	400	Disponibilizar o item em quantidade razoável para atender parcela importante dos militares do CBMRN que estão expostos às intempéries do sol e do calor.

6.3. Ademais da demanda ordinária da Corporação, o emprego intensivo dos EPIs em epígrafe, mormente nas operações do GBSA ao longo dos 500 km de litoral potiguar, submete os materiais a condições extremas de insolação >2.800h/ano, UV index 11-14, temperatura média 28-32°C, umidade 75-85% e salinidade marítima, ocasionando desgaste material acelerado (óculos/camisas/bonés) e consumo inelutável dos cosméticos (protetores solares), impondo reposição periódica para conservação da eficácia protetiva e cumprimento das normas regulamentares de saúde ocupacional.

6.4. Acrescenta-se a essa dinâmica o pico sazonal de julho-dezembro (Operação Verão), quando o fluxo turístico eleva em >300% as ocorrências aquáticas na costa potiguar, demandando reforço expressivo de efetivo em ações preventivas/resposta sob insolação máxima (10h-16h), com UV index crítico e temperatura >35°C (índice de calor >45°C), justificando estoques compatíveis com o maior período crítico anual do GBSA.

6.5. Portanto, os quantitativos ora estimados configuram-se como parâmetro técnico-administrativo idôneo, proporcional e tecnicamente fundamentado ao atendimento da necessidade concreta do CBMRN no contexto climático-litorâneo do Rio Grande do Norte, facultando a dotação de meios mínimos indispensáveis à salvaguarda da saúde ocupacional de seus quadros - especialmente do GBSA e unidades costeiras - frente aos riscos graves e concretos de morbimortalidade por exposição solar ocupacional extrema, em estrita observância aos postulados constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável que informam a gestão responsável dos recursos públicos.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa do valor da contratação foi apurada em estrita observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a compatibilidade do valor estimado com os preços de mercado, por meio de pesquisa de preços fundamentada em bancos de dados públicos (Painel de Preços e PNCP), contratações pretéritas e cotações com fornecedores, observadas as quantidades e a economia de escala inerente ao volume demandado pelo GBSA e todo efetivo do CBMRN.

7.2. A metodologia adotada seguiu a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com utilização combinada dos parâmetros I a IV do art. 5º (painel de preços, contratações similares < 1 ano, sítios especializados e cotações diretas < 6 meses), conforme detalhado na Pesquisa de Preços (Pesquisa de Preços 29972377 e Pesquisa de Preços 30393669). Os documentos identificam as fontes específicas por item, tais como: (i) Painel de Preços (gov.br/paineldeprescos) para protetores solares corporais (ex.: D. da C. Paraízo CNPJ 46.844.242/0001-62, Leila Bruno Ribeiro CNPJ 51.851.403/0001-85) e labiais (ex.: L.A. Dalla Porta Júnior CNPJ 11.145.401/0001-56); (ii) sítios especializados para óculos (ex.: Copyright Fuel Eyewear CNPJ 31.218.665/0001-08, Maha Store CNPJ 40.235.819/0001-52) e protetores faciais (ex.: Ollie Cosméticos CNPJ 32.233.064/0001-29); e (iii) cotações diretas para camisas UV (ex.: Lynnos Confecções CNPJ 11.976.321/0001-42) e bonés (ex.: Seu Bone CNPJ 36.153.457/0001-83).

7.3. As memórias de cálculo, constantes da planilha referida, consideraram a análise crítica da série de preços (desvio padrão, coeficiente de variação < 25%, classificação exequível/inexequível), adotando média aritmética simples ou mediana conforme o Manual de Orientação Pesquisa de Preços do STJ (edição 2020/2021), com abordagem de custo ao longo do ciclo de vida dos bens (natureza consumível, reposição anual). Assim, chegou-se ao valor estimado de R\$ 410.010,50 (quatrocentos e dez mil, dez reais e cinquenta centavos), plenamente conferível nos autos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O TCU aponta que "o parcelamento é um instrumento de que se deve valer o ente contratante para trazer à competição empresas dos segmentos de mercado aptos a operar com cada uma das parcelas que compõem o objeto licitado. Nas situações em que o objeto abarca um único segmento de mercado, a finalidade do parcelamento é permitir que empresas desse segmento, conquanto não tenham condições de fazer frente ao objeto em toda a sua integralidade, possam atender a demandas menores, resultantes da sua divisão em parcelas. Em ambas as hipóteses, a consequência natural é a ampliação da disputa e, como regra, a contratação por preços mais vantajosos." (ACÓRDÃO 1151/2011 SEGUNDA CÂMARA).

8.2. Com base em tais experiências e entendimentos, esta equipe de planejamento entende que será respeitado o princípio do parcelamento de acordo com o §2 do Art. 40 da Lei Nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes aos objetos pretendidos.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A presente contratação está devidamente alinhada com a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/RN) e com o Plano Plurianual (PPA) da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED/RN), conforme elencado no subtópicos 1.2 do Documento de Formalização de Demanda (DFD) - 29972362 , conforme descrito abaixo:

10.2. Na Política Nacional de Segurança Pública: Meta 6: Reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30% até 2030; Objetivo(s) da PNSPDS (art. 6º da Lei nº 13.675): XXII - estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública. Área temática (Portaria 439): III - melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública: dez por cento; Ações (Portaria 439): VIII - estudo sobre equipamentos de proteção individual e coletiva;

10.2.1. No Plano Estadual de Segurança Pública (PESP/RN) está inserido no Eixo: 3 Medidas de fortalecimento, valorização e proteção de direitos dos profissionais de segurança; na Ação Estratégica: 12. Adquirir equipamentos de proteção individual e coletivos suficientes para todo o efetivo e que contemplem diferenças de gênero e compleição física; na Meta: 17. Reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30%, até 2031; e no Indicador: 28. Quantitativo de profissionais de segurança pública mortos em decorrência de sua atividade;

10.2.2. Com o Plano Plurianual (PPA) da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte (SESED/RN) no Programa: 0301 - SEGURANÇA PÚBLICA: CIDADANIA, INTELIGÊNCIA, GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, com o Objetivo Geral: 619 - Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública do RN e com Objetivo Específico: 194 - Melhorar a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública por meio de ações visando à atenção biopsicossocial, à saúde e à segurança do trabalho, onde haverá Entrega: 419 - Ações visando à atenção biopsicossocial, à saúde e à segurança do trabalho para o profissional de segurança pública e a Subação: 309501 - Realização de ações biopsicossociais, de saúde e de seg. do trabalho para os profissionais do SISPRN.

10.3. A presente contratação está amparada por uma verba de transferência federal, destinada ao Estado do Rio Grande do Norte por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que é transferida à Secretaria de Segurança Pública Estadual para projetos voltados à melhoria das condições de trabalho e bem-estar dos profissionais de segurança. Essa verba está alocada no eixo estratégico de valorização do profissional e foi autorizada para a aquisição de bens que auxiliem a proteger os militares do Grupamento de Busca e Salvamento Aquático (GBSA) do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte contra os efeitos prejudiciais da exposição contínua ao sol durante o exercício de suas funções, conforme previsto no Plano Estadual de Segurança Pública.

10.4. Dessa forma, o processo de aquisição de EPI's com proteção solar para os militares do CBMRN está integralmente planejado e autorizado dentro dos parâmetros do planejamento estratégico da Segurança Pública, conforme estabelecido pelos instrumentos de gestão em vigor, sendo, portanto, uma contratação plenamente justificada e respaldada.

10.5. O alinhamento da presente demanda está presente no PCA 2026 da SESED, acessado através do link "<https://pncp.gov.br/app/pca/00498299000156/2026/1>", com as seguintes informações:

10.5.1. PCA 2026 - 925535 - SECRET.DA SEGURANÇA PUBL. E DA DEFESA SOCIAL

10.5.2. Id pca PNCP: 00498299000156-0-000001/2026

10.5.3. Data de publicação no PNCP: 20/05/2025

10.6. Id do item do PCA: 197

10.7. Classe/Grupo: 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO

10.8. Identificador da futura contratação: 925535-123/2026

10.9. Valor: R\$ 410.010,50

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Espera-se disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como óculos escuros, protetor solar e vestimentas com proteção UV, para os militares do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), especialmente para aqueles que atuam em ambientes de alta exposição ao sol, visando à proteção e bem-estar dos profissionais de segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

11.2. Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente aqueles que exercem atividades sob intensa exposição solar e em condições climáticas adversas.

OBJETIVOS DO PROJETO

11.3. Geral:

11.3.1. Proteger a saúde dos militares expostos a condições extremas de sol e calor, proporcionando condições adequadas de proteção e valorizando a segurança dos profissionais, em alinhamento com as políticas de atenção à saúde e bem-estar no âmbito do CBMRN.

11.4. Específico(s):

11.4.1. Assegurar a disponibilidade de EPIs de alta qualidade que protejam a saúde e bem-estar dos militares durante a realização de suas atividades sob exposição solar intensa;

11.4.2. Promover a prevenção de lesões e doenças relacionadas à exposição ao sol, como queimaduras e riscos de desidratação, através do uso de protetores solares, óculos e roupas adequadas;

11.4.3. Fortalecer a valorização dos profissionais do CBMRN, garantindo equipamentos de proteção que

assegurem condições de trabalho dignas e seguras;

11.4.4. Aumentar a efetividade e o rendimento operacional dos militares, proporcionando maior conforto e proteção, o que impacta positivamente na prestação de serviços à população;

11.4.5. Contribuir para a sustentabilidade e responsabilidade ambiental ao disponibilizar materiais de qualidade e com durabilidade, minimizando o desperdício e os riscos associados ao desgaste rápido dos equipamentos.

METAS DO PROJETO

11.5. Disponibilizar 550 unidades de óculos escuros com proteção solar para os militares expostos ao sol;

11.6. Fornecer 800 unidades de protetor solar facial em bastão, suficiente para uso contínuo dos militares;

11.7. Distribuir 1.600 unidades de protetor solar corporal com FPS 50 ou maior, assegurando proteção constante;

11.8. Oferecer 800 unidades de protetor solar labial para proteção contra ressecamento e queimaduras;

11.9. Fornecer 300 camisas manga longa com proteção UV e 400 bonés com proteção de nuca (modelo legionário), promovendo a proteção total dos militares expostos ao sol.

REGIONALIZAÇÃO - REGIÃO(ÕES) ATENDIDA(S)

11.10. Rio Grande do Norte

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Não haverá necessidade de adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que o CBMRN possui uma Diretoria de logística com militares treinados para processar os reflexos de uma aquisição com essas características;

12.2. Outrossim, caberá ao Gestor do Contrato e seus Fiscais o apreço pela correta execução do contrato, bem como a observância as normas vigentes que doutrinam os procedimentos convergentes a presente contratação.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A aquisição de 550 óculos escuros com proteção solar, 800 protetores solares faciais em bastão, 1600 protetores solares corporais em embalagem de 200ml, 800 protetores solares labiais em bastão, 300 camisas de manga longa com proteção UV e 400 coberturas (bonés) com proteção de nuca (modelo legionário) pode gerar alguns impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos, incluindo:

13.1.1. A embalagem dos protetores solares e a vida útil dos óculos, camisas, e bonés podem resultar em geração de resíduos sólidos, especialmente plásticos e tecidos;

13.1.2. A produção e o transporte dos itens podem contribuir para emissões de GEE, impactando o clima global;

13.1.3. A fabricação de óculos, vestuário e embalagens envolve o consumo de matérias-primas como plástico, vidro, e fibras têxteis, além de água e energia;

13.1.4. Os protetores solares podem conter substâncias químicas que, se não manejadas adequadamente, podem afetar ecossistemas aquáticos;

13.2. Para minimizar os impactos ambientais, as seguintes medidas mitigadoras devem ser implementadas:

13.2.1. Priorizar a compra de produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, reduzindo a geração de resíduos plásticos;

13.2.2. Estabelecer um programa de logística reversa para o recolhimento e reciclagem de óculos, embalagens de protetores solares, e outros itens após o término de sua vida útil. Isso inclui parcerias com fabricantes ou empresas de reciclagem para assegurar o descarte ambientalmente correto;

13.2.3. Dar preferência a produtos que utilizem materiais reciclados e que sejam produzidos de forma ecoeficiente, com menor consumo de água, energia, e recursos naturais;

13.2.4. Garantir que os protetores solares sejam formulados com ingredientes seguros para o meio ambiente, evitando substâncias prejudiciais a ecossistemas aquáticos, como oxibenzona e octinoxato.

13.3. A adoção dessas práticas não só mitiga os impactos ambientais, mas também alinha a aquisição dos itens às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, promovendo o interesse público. A proteção do meio ambiente é um aspecto crucial da missão do Corpo de Bombeiros, e essas medidas contribuem para a construção de uma instituição mais sustentável e comprometida com o futuro das próximas gerações.

13.4. Considerando o item 6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS, do manual supracitado, temos na Destinação Final dos bens:

13.4.1. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

13.4.2. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos vislumbrados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

13.5. O fornecedor deve possuir todas as licenças ambientais e de funcionamento, caso necessárias, convergentes à sua atividade comercial e a região de instalação de seu parque industrial, além de atentar ao previsto no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010

13.6. Embalagens devem ser compactas e, sempre que possível, feita com material reciclado, biodegradável e atóxico

13.7. A produção não deve se utilizar de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais

13.8. Desta forma, busca-se garantir que os possíveis fornecedores atuem em conformidade a todos os normativos que envolvem a temática, mitigando a probabilidade de empresas não sustentáveis participarem do certame.

14. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

14.1. De acordo com o Art; 18 §1º, XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, a contratação deste objeto é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina, pois:

14.2. A contratação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN) é fundamental para garantir a saúde e segurança dos militares expostos a condições climáticas adversas, especialmente durante operações de resgate e salvamento sob intensa exposição solar.

14.3. **Análise de Alternativas:** Foram avaliadas alternativas de reposição esporádica e aquisição individual pelos militares. No entanto, optou-se pela aquisição centralizada e padronizada de EPIs devido à sua maior eficiência em garantir proteção adequada, minimizar desigualdades no uso de materiais e assegurar a conformidade dos equipamentos com padrões de segurança exigidos.

14.4. **Justificativa da Escolha:** A aquisição padronizada permite o controle de qualidade e a otimização do estoque, além de oferecer melhores condições de trabalho aos militares, aumentando a eficiência operacional e reduzindo possíveis afastamentos por problemas de saúde.

14.5. **Adequação Legal:** A contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e atende aos requisitos de saúde e segurança ocupacional aplicáveis, evidenciando a responsabilidade do CBMRN em cumprir normativas de proteção aos seus militares.

14.6. **Impactos e Benefícios:** Com a aquisição, o CBMRN promove a saúde e segurança de seus militares, garante a continuidade e eficiência nas operações, valoriza seus recursos humanos e contribui para um ambiente de trabalho seguro e motivador. Em conjunto, esses fatores fortalecem a qualidade do serviço prestado à população e evidenciam a aplicação responsável dos recursos públicos.

14.7. Assim, a contratação dos EPIs demonstra-se uma medida adequada, viável e essencial para o CBMRN no cumprimento de suas atividades operacionais com segurança e eficiência.

15. **RESPONSÁVEIS:**

(assinado eletronicamente)
Christian Raphael Francelino **BARI - CAP QOEM BM**
Matrícula 223.830-6
Gerente do Projeto

(assinado eletronicamente)
Evaldo Souza **ARUEIRA - 2º SGT QPBM**
Matrícula: 163.817-3
Área Técnica

(assinado eletronicamente)
Mikael Medeiros **DANTAS - CB QPBM**
Matrícula: 224.040-8
Área de Contratações



Documento assinado eletronicamente por **IVALDO SOUZA ARUEIRA, 1º Sargento QPBM**, em 08/06/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIKAEL MEDEIROS DANTAS, Cabo QPBM**, em 08/06/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIAN RAPHAEL FRANCELINO BARI, Capitão QOEM BM**, em 09/06/2026, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41815291** e o código CRC **4869ADB4**.

Referência: Processo nº 08810092.000844/2024-68

SEI nº 41815291

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08810092.000844/2024-68

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
___/2026 - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA
DEFESA SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA
_____.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 08810092.000844/2024-68 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo **Decreto Estadual 32.449/2023** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de EPI's com proteção solar, para os militares do CBMRN, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

Item	Especificação	Natureza da Despesa	quantitativo	Unidade de medida	valor referencial por item (R\$)	valor referencial total (R\$)
1	ÓCULOS ESCUROS COM PROTEÇÃO SOLAR Óculos escuros para para a proteção física dos olhos dos guarda-vidas contra efeitos nocivos do sol e potencializar o maior alcance da sua visão, na medida em que minimiza a claridade do sol; Especificações das Lentes: <ul style="list-style-type: none">Lentes em policarbonato resistente ao impacto;polarizada com espessura mínima de 2,0 mm e máxima de 2,3mm;Proteção UVA e UVB com percentual de proteção mínimo de 99,9%;A cor deverá ser cinza 50% ou cinza black, filtro classe 3;A transmitância luminosa UVA deverá estar entre 4% (mínima) e 43% (máxima);Não deverá oferecer qualquer nível de dioptria (comumente conhecida como grau), devendo ser totalmente envolta por armação;	55883	550	Unidade	389,30	214.115,00

	<p>Especificações da Armação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Poliamida (nylon) como Grilamid TR90, similar ou superior.• Em modelo esportivo, leve e balanceada confeccionada em poliamida termoplástica de baixa densidade;• alta estabilidade térmica, resistente a fraturas por deformação e ótima resistência química;• As hastes devem permitir ajustes, envolver toda região orbitária, ser isenta de partes metálicas (a não ser no mecanismo de articulação que deve ser de material não oxidante);• Cor predominantemente preta; Deve ser resistente à água salina do mar, não podendo descascar nem desbotar.					
2	<p>PROTETOR SOLAR FACIAL EM BASTÃO Protetor solar mineral em bastão com proteção UVB mínima de 50 FPS assim como proteção UVA; O produto deve possuir resistência à água e toque seco, sendo livre de parabenos, comprovadamente hipoalergênico e vegano; Mínimo de 14 gramas por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).</p>	480523	800	Unidade	102,08	81.664,00
3	<p>PROTETOR SOLAR CORPORAL EM EMBALAGEM DE 200ML EM TEXTUTA GEL-CREME, NÃO-OLEOSA COM FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS 50 OU MAIOR)</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Bloqueador Solar para pele contra ação nociva dos raios ultravioletas dos tipos UV-A e UV-B; Dermatologicamente testado; Fator de proteção solar mínima (FPS=50), com no mínimo 200 ml por unidade. Possuir ação hidratante.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Na formulação do produto não deve conter óleo (oil free); Deverá ser composto por produtos não comedogênicos (que não favoreçam a formação de comedões - cravos e espinhas), ser hipoalergênico; ser dermatologicamente testado; ser muito resistente a água (seus efeitos protetivos deverão se manter sobre a pele por pelo menos 80 minutos dentro da agua); Devera conter a substancia Aloe vera (por possuir propriedades hidratantes e regeneradoras que reidratam e aceleram a reconstituição celular em tecidos lesados por queimaduras solares, além de possuir propriedades antioxidantes); O produto não devera conter a substancia PABA (também conhecido como aminobenzoic acid). Produto em forma de loção cremosa; Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de</p>	461158	1600	Unidade	74,66	119.456,00

	junho de 2012).					
4	PROTETOR SOLAR LABIAL EM BASTÃO Protetor solar labial em bastão com fator mínimo de proteção de 30 FPS; Produto incolor e insípido comprovadamente hipoalergênico; Mínimo de 4,5 g por unidade. Embalagem: frasco de material inquebrável; Prazo de validade: no mínimo de 02 (dois) anos após a data de entrega; Na embalagem deve constar: nome do fabricante, endereço, CNPJ, nome do responsável técnico, CRQ ou CRF, número de registro no Ministério da Saúde, prazo de validade, composição do produto, telefone ou sítio eletrônico para Serviço ao Consumidor, as informações constantes no rotulo da embalagem deve ser resistente a agua e ao suor não devendo borrar ou apagar; Registro na ANVISA (Resolução - RDC Nº 30 de 1º de junho de 2012).	477887	800	Unidade	23,93	19.144,00
5	CAMISA MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV Camisa manga longa confeccionada em tecido que utilize a tecnologia mais avançada em fios elastoméricos LYCRA® Xtra Life na cor vermelha pantone Red 032, composição 85% poliamida e 15% elastano, feitiço comercial, gola role, com manga longa (comprida); bainha de 2cm na base, tudo com cobertura de duas agulhas, fechamento em overlock aberta em fio 6 cabos e polyester 40; O tecido deverá possuir gramatura por m2: 250 g/m² (+- 5%), apresentar na largura mínimo de 97,7% de elasticidade e mínimo de 43,4% de alongamento, apresentar no comprimento mínimo de 88,4% de elasticidade e mínimo de 14,1% de alongamento. Quanto à resistência, deverá apresentar resultado de 8,62 kgf/cm², sendo que todos estes resultados deverão ser comprovados por laudo ou certificação e são necessários para garantir a durabilidade das peças; além destas características deverá proporcionar proteção UVA/UVB fator 50 no mínimo, que também deverá ser acompanhada de certificação/laudo para comprovação; Receberá em processo serigráfico de sublimação, conforme modelo do CBMRN, os seguintes itens: ao lado esquerdo de quem veste, o brasão do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, com dimensão de 8cm de largura e altura proporcional, a inscrição toda em fonte arial-black na cor amarela, em ambas as mangas a inscrição BOMBEIROS em fonte arial-black maiúscula com 20cm de comprimento e 3cm de altura, na manga direita a bandeira do Estado do Rio Grande do Norte com 7,5cm de comprimento e 5cm de largura, nas costas uma cruz na cor amarela e as palavras BOMBEIROS MILITAR maiúsculas com as letras inscritas em um círculo com 23cm de diâmetro, devendo estar a 6cm da costura da gola na porção posterior, o número 193 com comprimento de 15cm e largura de 6cm na cor amarela e o termo LIFEGUARD (um nome só, sem separação), com comprimento de 15cm e largura de 2,5cm também na cor amarela, todos na fonte arial-black deverá apresentar uma listra em tecido amarelo envolvendo toda a porção interna da manga se estendendo pela lateral da camisa, com aproximadamente 11cm de largura, conforme o modelo. Deverá apresentar abertura (pences) para dedo polegar da mão na extremidade das mangas; Os tamanhos deverão ser: PP, P, M, G e GG, cujas quantidades de cada tamanho ainda serão definidas pelo CBMRN; Bainha com elástico na cintura, união das peças; Costuradas em máquina específica OVERLOCK aberta proporcionando costura plana utilizando linha 06 cabos helanca, linha poliéster 40 e 60; A costura aparente deverá ser de cor amarela.	614137	300	Unidade	93,70	28.110,00
	COBERTURA (BONÉ) COM PROTEÇÃO DE					

6	NUCA (AUSTRALIANO) Boné em modelo touca árabe com saia removível fixada por botões de plástico em tecido resistente à água com proteção UV no boné e na saia; Ajuste (fecho) em material plástico na mesma cor do boné; Parte das unidades na cor amarela, demais unidades na cor preta; Personalização do brasão na parte da frente acima da pala; Pala em material resistente; Saia deve medir entre 25 e 30 centímetros de comprimento e ter botões plásticos em suas extremidades inferiores para que seja possível uni-las em volta do pescoço; Produto não deve apresentar materiais metálicos aparentes. Dimensões do boné: Circunferência interna da coroa: 54cm a 61cm, considerando a faixa de ajuste em fechos de plástico; Altura da coroa: 9cm a 12cm; Comprimento da aba: Entre 7cm e 9cm.	609288	400	Unidade	33,29	13.316,00
	<i>Subtotais unitários</i>	-	-	-	-	R\$ 475.805,00
	TOTAL DA DEMANDA					R\$ 475.805,00

- 1.2. Objeto da contratação:
- 1.2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.2. O Termo de Referência;
- 1.2.3. O Edital de Licitação;
- 1.2.4. A Proposta do CONTRATADO; e
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

Condições de entrega

- 3.1. O prazo de entrega dos bens será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, em remessa única.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 2410, Barro Vermelho - Natal/RN, CEP: 59022-545, das 08 horas às 12 horas de segunda-feira à sexta-feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 3.4. O prazo de garantia contratual dos objetos é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).
- 3.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 3.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 3.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade,

admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.16. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III);

3.16.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II);

3.16.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, X);

3.16.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022

3.17. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

3.17.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ (.....).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

Liquidação

6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. **o prazo de validade;**
2. **a data da emissão;**
3. **os dados do contrato e do órgão contratante;**
4. **o período respectivo de execução do contrato;**
5. **o valor a pagar; e**
6. **eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.**

6.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de ... dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

6.9. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.10. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

6.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/07/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** (Compra de bens de consumo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para

decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Por se tratar de contratação que não oferece elevado risco de danos à administração, não será exigida garantia da execução. Além disso, já que não se trata de contratações de obras ou serviços de execução continuada ou de fornecimento contínuo, a garantia contratual possui potencial de restringir a competitividade na licitação, encarecendo assim o fornecimento do objeto.

10.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

10.3. Buscando Cumprir a Nova Lei de Licitações, [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), o Estado do Rio Grande do Norte criou o DECRETO Nº 32.449, DE 07 DE MARÇO DE 2023, o qual dispõe, entre outras coisas, a criação DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS;

10.4. Vê-se que, procurando atender ao artigo 19, inciso II, da Lei de Licitações, o Estado estabeleceu, em lei própria, a criação de um Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP). Porém até a presente data tal instrumento não foi confeccionado pelo estado.

10.5. Ainda na busca de atender aos dispositivos legais, foi consultado o catálogo do [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), disponível pelo endereço <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>. Contudo, o referido catálogo possui, na presente data, apenas dois itens, "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar". Os quais não tem relação com a presente contratação.

10.6. Diante da impossibilidade de utilizar os referidos catálogos, pelos motivos acima expostos, para a presente aquisição de materiais para prática de exercício físico (protetor solar, protetor facial, camisa UV e boné) o CBMRN justifica a **não utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.**

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,5% (zero virgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

11.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de **2% (dois por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente

devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.3. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de

2021).

12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.10. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21132	06	128	0301	3095	309501	4.713.000053	33.90.30	47 - Materiais de Equipamento de Prot. individual EPI	214.115,00
						4.713.000072			261.690,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, **caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro vigente**, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE
Secretário Adjunto da SESED/RN
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura
CPF nº

Assinatura
CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE MAIA VARELA, Estagiario**, em 27/05/2026, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41638981** e o código CRC **B0F9D5A8**.

Referência: Processo nº 08810092.000844/2024-68

SEI nº 41638981